

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 15, número 2 (2024)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Trabalho produtivo e reprodutivo em produções avícolas no município de Forquilha-SC: uma análise de gênero e divisão sexual do trabalho

Trabajo productivo y reproductivo en la avicultura del municipio de Forquilha-SC: análisis de género y división sexual del trabajo

Productive and reproductive labor in poultry production in the municipality of Forquilha-SC: an analysis of gender and sexual division of labor

Meline Vitali Duminelli

Universidade do Extremo Sul Catarinense – Brasil
meline.vitalidu@gmail.com

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Universidade do Extremo Sul Catarinense – Brasil
giovanailka@gmail.com

Estevam Dimas de Oliveira

Universidade do Extremo Sul Catarinense – Brasil
doe@unescc.net

Como citar este artigo:

DUMINELLI, Meline Vitali; SALVARO Giovana Ilka Jacinto; OLIVEIRA, Estevam Dimas de. Trabalho produtivo e reprodutivo em produções avícolas no município de Forquilha-SC: uma análise de gênero e divisão sexual do trabalho. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 15, n. 2, p. 24-48, 2024. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Trabalho produtivo e reprodutivo em produções avícolas no município de Forquilha-SC: uma análise de gênero e divisão sexual do trabalho

Trabajo productivo y reproductivo en la avicultura del municipio de Forquilha-SC: análisis de género y división sexual del trabajo

Productive and reproductive labor in poultry production in the municipality of Forquilha-SC: an analysis of gender and sexual division of labor

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar, por meio da categoria gênero, a divisão sexual do trabalho em relações cotidianas de unidades familiares ligadas ao sistema de integração no município de Forquilha, em Santa Catarina, nas esferas produtiva e reprodutiva. A pesquisa foi qualitativa, documental e de campo e é parte do resultado de uma tese de doutoramento. Foram entrevistados(as) 11 produtores(as), integrantes de seis famílias. A pesquisa demonstrou mudanças produzidas nas relações de trabalho analisadas, sobretudo pela intensidade tecnológica e por especificidades produtivas demandadas pela indústria. Entretanto, persistem desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho, em conformidade com atividades valoradas de acordo com quem as realiza, mulheres ou homens.

Palavras-Chave: Gênero; Divisão sexual do trabalho; Agricultura familiar; Avicultura; Sistema de integração.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar, a través de la categoría género, la división sexual del trabajo en las relaciones cotidianas de las unidades familiares vinculadas al sistema de integración en el municipio de Forquilha, en el estado brasileño de Santa Catarina, en Brasil, en las esferas productiva y reproductiva. La investigación es cualitativa, documental y de campo y forma parte del resultado de una tesis doctoral. Fueron entrevistados once productores y productoras de seis familias. La investigación mostró cambios en las relaciones laborales analizadas, especialmente debido a la intensidad tecnológica y a las especificidades productivas exigidas por la industria. Sin embargo, persisten las desigualdades de género y la división sexual del trabajo, valorándose las actividades según sean realizadas por mujeres u hombres.

Palabras-Clave: Género; División sexual del trabajo; Agricultura familiar; Avicultura; Sistema de integración.

Meline Vitali Duminelli, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Estevam Dimas de Oliveira



Abstract

This study aims to analyze, through the gender category, the sexual division of labor in daily relations of family units linked to the integration system in the municipality of Forquilha/SC, in the productive and reproductive spheres. We developed qualitative, documentary and field research as part of the result of a doctoral thesis. Eleven producers from six families were interviewed. The research showed changes in the labor relations analyzed, especially due to technological intensity and productive specificities demanded by the industry. However, gender inequalities and the sexual division of labor persist since the activities are valued according to who performs them, women or men.

Keywords: Gender; Sexual division of labour; Family farming; Poultry farming; Integration system.

Introdução

A avicultura se baseia na utilização de força de trabalho familiar, principalmente, de pequenas propriedades. O modelo de integração abdica a indústria de espaços para a criação e produção da matéria prima, mas cria um monopólio de exploração e controle sobre os/as trabalhadores/as familiares, que precisam estar associados/as à indústria e de acordo com os níveis de exigência de produção ditado por eles (Nogueira; Jesus, 2013). O avanço do capital no espaço rural não eliminou as formas de produção camponesa, mas trouxe alterações que fizeram os camponeses se adaptarem às necessidades e emergências atuais (Alves; Linder; Rodrigues, 2008).

O/a produtor/a precisa ter em sua propriedade as instalações necessárias, tais como a construção de aviários dentro das normas exigidas pela agroindústria, bem como assumir as compras de equipamentos para o manejo das aves. Esses custos, muitas vezes, são vinculados a financiamentos bancários (Nogueira; Jesus, 2013). A “parceria” entre integrado e integrador é resguardada pela subordinação e dependência, gerando precarização do trabalho rural (Nogueira; Jesus, 2013).

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato não exclui o pertencimento do/a agricultor/a como produtor/a familiar e tem como consequências o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, permanece inspirando e orientando em proporções e sobre formas distintas as novas decisões que o/a agricultor/a deve tomar nos novos contextos (Wanderley, 2003).

No caso do trabalho realizado em contextos rurais e da agricultura, um dos motivos que pode explicar a divisão sexual do trabalho é a sociedade paternalista, machista, em que o homem é considerado o responsável por toda família (Brumer, 2004). Para Maria Ignez Paulilo (2004), a desvalorização das múltiplas tarefas femininas é reflexo da desvalorização que perpassa toda sociedade e suas principais instituições, inclusive a família. A partir dessa desvalorização, atribui-se ao trabalho feminino a concepção de “trabalho invisível” (Paulilo, 2004).

Frente à necessidade de subsistência, entre outras, as famílias constroem suas relações sociais. Para essa pesquisa, foi fundamental considerar que as

Trabalho produtivo e reprodutivo em produções avícolas no município de Forquilha-SC: uma análise de gênero e divisão sexual do trabalho

relações são constituídas a partir de crenças culturais que atribuem posições específicas a homens e a mulheres em contextos de trabalho, evidenciando a divisão sexual do trabalho. De acordo com Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho tem como principal característica a atribuição do trabalho produtivo – trabalho realizado fora de casa, com pagamento monetário e de maior importância social/econômica – aos homens; e o reprodutivo – trabalho doméstico, não monetizado – às mulheres. Essa separação cria uma hierarquização do trabalho masculino sobre o feminino, legitimado por todas as sociedades como algo natural (Hirata; Kergoat, 2017).

A naturalidade sobre as estruturas de trabalho é construída diante das diferenças atribuídas ao sexo, firmando uma estrutura de gênero que acompanha questões do espaço geográfico, fundamentais na compreensão da reprodução social, na medida em que alocam o contexto social e o momento histórico. A compreensão do espaço geográfico permite o entendimento a partir da uma realidade que se transforma, precisando ser conhecida para poder ser analisada (Reis, 2015).

No rural, conforme estudo de Paulilo (2004), o trabalho comumente é classificado entre “trabalho leve” e “trabalho pesado”, respectivamente, destinado à mulher e ao homem. A classificação pode ser questionada quando a execução do trabalho não se relaciona ao esforço físico, mas sim ao sexo de quem executa. Qualquer trabalho atribuído a mulheres é considerado leve, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que possa ser. Esse fato se repete quanto à divisão entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico. É doméstico o que é atribuído a mulheres. Se ela vai para roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que foi colhido seja para a própria família comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico, mesmo quando vende os ovos (Paulilo, 2004).

No âmbito da constituição do trabalho de famílias agricultoras na produção avícola, este estudo teve como objetivo analisar, por meio da categoria gênero, a divisão sexual do trabalho em relações cotidianas de unidades familiares ligadas ao sistema de integração no município de Forquilha, em Santa Catarina (SC), nas esferas produtiva e reprodutiva.

O município de Forquilha-SC possui território de 184km², está localizado no Sul do Estado de Santa Catarina, pertence à microrregião de Criciúma e está distante 220km da capital, Florianópolis (Forquilha, 2020). A população de 2022 era de 31.431 habitantes (IBGE, 2022). A economia do município é fortemente baseada na agricultura, e tem o arroz como sua principal produção, mas, também, outras atividades agropecuárias e relacionadas a demais setores econômicos de abrangência mais ampla.

No período da pesquisa, havia uma grande indústria de abate e produção de carnes exportadora, instalada no município de Forquilha-SC que demandava a produção da agricultura familiar local e da região o que justifica o número expressivo de estabelecimentos que trabalham com a produção de galináceos no município de Forquilha-SC, representado por 379 do total de 554 estabelecimentos, aproximadamente 70% das propriedades (IBGE, 2017).

Métodos

A pesquisa foi qualitativa, documental e de campo. Foram entrevistados/as 11 produtores/as, integrantes de seis famílias que trabalhavam com a avicultura por meio do sistema integrado. As entrevistas foram gravadas em áudio, com autorização dos/as entrevistados/as, e transcritas na íntegra.

A amostra foi formada por acessibilidade, que iniciou com o contato com um primeiro produtor e o número de participantes definido pelo critério de saturação das informações. Como procedimento de análise das informações, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme orientação de Laurance Bardin (1995). Esse modelo de análise se organiza a partir de três etapas: 1) a pré-análise é caracterizada pela organização do trabalho, em que são escolhidos as informações que irão ser utilizadas, elaboradas hipóteses e indicadores que podem auxiliar no resultado final; 2) a exploração do material, que consiste na revisão das atividades realizadas na fase anterior da pré-análise, de modo geral, trata-se da administração por meio do controle das decisões tomadas; 3) o tratamento dos resultados se refere ao tratamento dos resultados obtidos e à interpretação, visando sua significação e validade (Bardin, 1995). Sendo importante evidenciar que as principais categorias de análise desta pesquisa são: gênero; divisão sexual do trabalho; e agricultura familiar.

Cabe esclarecer que esta pesquisa foi realizada em período pandêmico da COVID-19, entre 2019 e 2023. As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e de novembro de 2021, no final do período de isolamento social, mas ainda seguindo protocolo de distanciamento e utilização de máscaras, conforme orientações pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O primeiro contato com os/as avicultores aconteceu por meio de WhatsApp. Inicialmente, a pesquisadora se apresentava, explicava detalhamentos da pesquisa e perguntava sobre o interesse em participar. A partir do aceite e conforme a disponibilidade, as entrevistas foram agendadas. Ao entrar em contato com o/a produtor/a, já mencionava a possibilidade de realizar a entrevista com uma mulher da família também. Foram entrevistados cônjuges de seis famílias, totalizando seis homens e cinco mulheres.

Por questões éticas relativas à identificação, ao longo do texto de análise, optou-se pelo registro das famílias pelas letras A, B, C, D, E, F, assim como pela letra P, seguida do número do/a participante, em ordem numérica crescente de 1 a 11. Os/as participantes tinham idades entre 24 e 63 anos. O casal da família B era o mais jovem, 24 anos (esposa) e 29 anos (esposo). Na sequência, a família F, 34 anos (esposa) e 36 (esposo). Na faixa dos 40, os casais das famílias A e C. Já com 51 anos, o participante da família D. O casal da família E, tinha 61 anos (esposa) e 63 (esposo).

Com relação à naturalidade, cinco eram do município de Forquilha-SC; dois de Criciúma-SC; quatro, respectivamente, dos municípios de Rio Fortuna-SC, Sombrio-SC, Meleiro-SC e Içara-SC. Quanto à escolaridade, as participantes 2 e 10 tinham cursos de pós-graduação e o entrevistado 3 era graduado. Os participantes 4 e 10 concluíram o ensino médio e tecnólogo, realizado de forma concomitante. O participante 7 concluiu o ensino médio e cinco participantes tinham o ensino fundamental incompleto.

Análise e discussão dos resultados

Processo de organização familiar e divisão sexual do trabalho produtivo

Em uma lógica capitalista, o trabalho produtivo é analisado por Hirata e Kergoat (2007) como aquele que é realizado fora da esfera doméstica, recompensado monetariamente e com maior importância social e econômica. No rural, a divisão produtivo e reprodutivo estrutura a dinâmica familiar, mas não na mesma lógica, principalmente, pelo fato da proximidade, respectivamente, dos espaços de cultivo de produtos destinado à venda e atividades doméstica e de cuidados não remuneradas.

Nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo. Afinal, o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista (Paulilo, 2004, p.245).

No estudo desenvolvido, a avicultura foi identificada como a atividade produtiva de maior representatividade nas unidades familiares aqui analisadas, considerando principalmente tempo de trabalho – horas trabalhadas – e renda obtida com a produção. A dinâmica de trabalho das famílias era conduzida de acordo com especificações advindas do contrato comercial com a indústria. Para além, cada família possuía sua individualidade quanto aos meios de produção e força de trabalho. Na família D, a participante tinha seu próprio negócio e não participava da atividade avícola, nas demais famílias, o casal trabalhava junto; a família E contava com a força de trabalho dos filhos e as famílias A, E e F contavam força de trabalho contratada.

Assumindo esse tipo de produção, o/a produtor/a se encarrega de várias outras atividades que vão além do cuidado com as aves. São responsáveis por negociações com a integradora, atividades administrativas, financeiras, preenchimento de relatórios, realizam o atendimento e prestam contas para a indústria, por intermédio de um/uma técnico/a e/ou veterinário/a que vai até a unidade familiar realizar vistorias e acompanhar a produção. Trata-se de atividades que demandam poder de decisão e posicionamento sobre todas as etapas realizadas na produção avícola, no âmbito da unidade familiar. Como observado, exigências são impostas pela integradora para que a produção se desenvolva na unidade familiar.

O estudo mostrou que as negociações com a integradora aconteciam no primeiro momento da assinatura do contrato, na sequência, as obrigações das duas partes deveriam ser seguidas conforme o acordo inicial, assim como afirmaram os/as participantes. Em caso de novos contratos com a integradora, as participantes apontaram que seus esposos eram responsáveis pela negociação e eles também se responsabilizavam por essa demanda.

A respeito da tomada de decisão sobre a produção avícola, na família A e B, os/as participantes 1, 2, 3 e 4 afirmaram que era do casal: “A gente é bem parceiro, assim. Às vezes eu seguro um pouco mais, ele já é mais de encarar [...]” (participante 2). Na família C, o participante afirmou que as tomadas de

decisão eram dele, mas que sempre pedia a opinião da esposa; já a esposa, participante 5, disse que as decisões eram dos dois. O participante 7 disse tomar suas decisões sobre o aviário sozinho e sua esposa decidia sobre o empreendimento dela. Na família E, de acordo com o relato do/a participante, a decisão era do esposo. Na família F, a tomada de decisão foi alocada ao homem, contudo, a participante 11 mencionou: “ele nunca fez uma coisa e não chegou em casa e comentou [...]. O que é o mínimo, a decisão é dos dois né?”.

Apesar de todos/as os/as participantes alegarem que as decisões de um novo contrato são de responsabilidade do homem da família, as mulheres relataram ser atuantes nas decisões da produção, visto em conjunto com o marido ou por meio da solicitação por uma “opinião”. Pode-se considerar que tal condição demonstra certo “avanço” diante de realidades históricas marcadas por desigualdades de gênero em posições de decisão. Contudo, não elimina a hierarquia entre os sexos, mediada por relações de poder e pela hegemonia do masculino. O que justifica e reitera limites no âmbito de decisões compartilhadas entre as/os participantes sobre os encaminhamentos da produção. Essa estrutura tem base na construção das relações sociais do sexo e na divisão sexual do trabalho, sendo dois termos indissociáveis e que formam um sistema de hierarquia (Kergoat, 2009).

A coparticipação de mulheres também ocorria na realização de outras atividades ligadas à produção, dentre as quais o atendimento de técnicos e/ou veterinários. Nas famílias A, B e C, era feito pelos homens (esposos); na família E, os filhos; e na família F, o trabalhador contratado. A responsabilidade era transferida quando o responsável não estava presente, momento em que, geralmente, a mulher (esposa) assumia o atendimento, como relatou uma participante: “É, se, às vezes, o técnico chega aqui e ele não tá, eu vou ali faço atendimento, faço as anotações né? Mas geralmente é com ele” (participante 2). A visita realizada pelo profissional-técnico/a, como já discutido em outro momento, promove a presença da agroindústria no aviário, a fim de verificar e controlar a produção, com foco na produtividade e em bons resultados.

Uma outra forma que a indústria tem de promover um melhor rendimento de produção é oferecendo cursos e treinamentos para os/as produtores/as, porém, não eram todos/as integrantes da família que os realizavam. De acordo com as entrevistas, as participantes da pesquisa não realizaram cursos ofertados pela indústria. Os participantes 4, 6, 8 e 10 os realizaram. Um participante e uma participante tiveram acesso a conteúdo sobre avicultura no curso técnico em agropecuária. A participante 11 foi a única mulher a realizar um curso sobre a produção avícola por intermédio da indústria de aves ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O curso não foi indicação ou exigência da indústria, a participante o fez de forma independente, pois recebia ofertas dos cursos do SENAR por e-mail. A participante relatou que os cursos eram ofertados aos/as produtores/as em decorrência do valor descontado em cada lote: “[...] automaticamente vem descontado do produtor o SENAR [...] desconta R\$ 90,00 todo lote, não sei para que. Porque na verdade os cursos, o mais perto era em Lages, daí eu fiz um online daí”.

A participação relativa no atendimento à indústria e a não participação de

mulheres em cursos disponibilizados pela empresa dizem muito sobre questões de poder que sustentam relações entre mulheres e homens, como mencionado acima sobre a responsabilidade decisória. O atendimento aos técnicos/as e/ou veterinários/as é uma demanda de responsabilidade que assume uma característica de domínio sobre aquela produção, pois, em grande parte, é direcionada ao responsável, por esse motivo, as mulheres podem não ser consideradas agentes principais dessa demanda, mas realizam a atividade na ausência de um homem.

O pagamento sobre o trabalho dos funcionários contratados e dos filhos que participavam da produção, cada família se organizava de uma forma. Na família E, era pago um salário fixo mensal mais comissão sobre os resultados obtidos com cada lote, essa sistemática também era aplicada ao trabalhador contratado. Já na família B, o trabalhador recebia ao final de cada lote uma porcentagem por produção. A forma de pagamento realizada pela família F não ficou explícita na entrevista.

Com relação aos pagamentos, tanto das despesas de casa, quanto com as relacionadas à produção, no período da pesquisa, a tecnologia já mediava as transações bancárias das famílias, como o uso de aplicativos, por exemplo, diminuindo a demanda de saída de casa para esse tipo de procedimento.

Contudo, quando se fazia necessário, as saídas para ir ao banco, nas famílias B e C, eram realizadas pelos esposos: “Ele é mais fora, banco, as contas, acerto, é tudo com ele né, é tudo ele quem faz [...]” (participante 11). O participante 5 reforçou, se referindo à esposa: “Não, só sai pra ir no mercado, farmácia, essas coisas”. No caso das famílias A e F, os dois realizavam essa atividade, mas, com mais frequência, eram as esposas. O participante da família D, mesmo que a esposa não tivesse participação na produção avícola, mencionou que dividia essa função com ela.

A renda advinda da produção avícola era recebida ao final de cada lote – a cada 45 dias – e o valor compartilhado pelo casal, de acordo com todos/as participantes. Eles/as esclareceram que em um primeiro momento liquidavam as despesas da casa e da produção, depois o dinheiro ficava à disposição de quem precisasse: “No caso, só tem um monte [...] quando tem, tem pros dois, quando não tem, não tem pra ninguém” (participante 1). Segundo Chayanov (1966), pode-se compreender que a economia camponesa não era um modo de produção propriamente dito, mas sim uma forma de organizar a produção, ocorrendo, portanto, no interior do modo de produção. O trabalhador é o próprio proprietário dos meios de produção, não produz mais valia, mas considera o grau de satisfação das necessidades da família.

Como já mencionado em outros momentos, as famílias não possuíam horários fixos para a realização das atividades. As descrições dos/as participantes sobre o processo de trabalho permitiram identificar as alternâncias com relação às atividades e, em um primeiro momento, realizavam a preparação do local para o recebimento das aves, depois o cuidado e manejo das aves nos seus primeiros dias de vida, que é um pouco diferente no caso das aves maiores. Por fim, chegando ao peso ideal para o abate, inicia-se o processo de preparação para o transporte até a indústria.

Os horários de trabalho variavam conforme a fase da produção, como relatou o participante 1: “Geralmente depois de grande o frango, a gente passa

[no aviário] de manhã e no final do dia [...]” com relação ao frango de poucos dias, “tem que passar mais vezes daí, umas três, quatro vezes por dia”. Essa condição ficou ainda mais evidente pela declaração da participante 2:

Não tem horário. Trocou a temperatura tu tem que ver. Deu uma troca no tempo tu tem que olhar. Se tu escuta que chama ração [referindo-se à necessidade de conferir o comedouro por falta de ração ou por algum outro problema que possa ocorrer], que deu algum problema tu tem que ver. Chega caminhão de ração, não tem horário para chegar. Então tu tem que estar ali o tempo todo.

As atividades consideradas produtivas e realizadas dentro da unidade familiar eram divididas e cada um/a assumia funções de responsabilidade específicas, conforme a demanda ou a necessidade de sua execução. Dividem-se entre demandas da avicultura, de outras produções existentes na propriedade e trabalhos não agrícolas que integravam a renda familiar, como descrito anteriormente.

No processo de trabalho, especificamente na produção avícola, na família A, o participante 1 mencionou que a única atividade que a esposa não realiza é o serviço “pesado”, como carregar lenha¹: “Geralmente é o mais pesado né?” (participante 1). A participante 2 trouxe essa questão: “A gente trabalha junto. Tem algumas coisas tipo ali que é mais pesada, que eu não consigo”.

As responsabilidades com relação à limpeza do aviário e das áreas comuns, no caso da família B, eram da participante 4, enquanto o participante 3 dividia o trabalho manual da produção avícola com o trabalhador e assumia o administrativo em geral da produção: “[...] ele é mais a parte da conta, problema, essa parte de cabeça assim, é mais ele e o braçal também, mas o funcionário fica mais com a parte braçal né? [...]”. No momento da pesquisa, a participante estava com um filho de poucos meses e se dedicava mais a ele e ao doméstico do que às atividades da produção, contudo, em outros períodos, não se abstraiu do trabalho dentro do aviário, mesmo quando não residia na propriedade rural. As únicas atividades que afirmou não exercer foram carregar lenha e abater frangos:

[...] mas eu já ajudei a dar espaço [...] Já ajudei a mexer cama [...] já aconteceu imprevisto de sair ração fora despejar por tudo ali dentro, a gente tem que limpar. Que nem já morreu frango no verão também [...] a gente ter que tirar, jogar tudo pra cima do carrinho de mão e tirar pra fora. De tudo um pouco, só não puxo lenha mesmo e não mato, o resto já fiz tudo, eu acho (participante 4).

Abater algumas das aves durante o manejo é comum entre a produção avícola. Ao questionar o porquê desses abates, os/as produtores/as explicam que isso acontece em casos em que as aves são visualmente consideradas “atrasadas” e improdutivas. Na família C, a participante 6 disse que sua atuação na atividade mudou em decorrência da implementação de tecnologia:

1 Quando cheguei na propriedade para realizar as entrevistas, a participante estava carregando lenha em um carrinho de mão.

“Fazia, quando era manual eu fazia. Era trocar a água do bebedouro manual [...] agora só quando ele sai mesmo, que aí eu cuido. Mas eu meu foco ali, é só a casa. Só quando ele precisa mesmo [...]”. Das atividades de responsabilidade do participante 5, destacou: “[...] Tipo questão de peso, tipo conversar com a empresa [...]. Depois de resto, botar lenha na fôrnalha e outras coisas ali, minha mulher também faz também”.

Na realidade da família E, o participante 8 tinha como função coordenar as demandas advindas do aviário, os filhos e o funcionário realizavam as atividades dentro da produção. Enquanto a participante 9 (sua esposa), era responsável pela limpeza dos espaços: “A minha responsabilidade é a faxina (risos) [...] Faxina na guarita, faxina, às vezes, na fôrnalha [...]. Quando entregamos também, tu tens que lavar dentro de 24 horas, tem que deixar tudo esterilizado”. A participante relatou que recebia ajuda do marido com relação a suas funções [limpeza do pátio e/ou das áreas comuns ao aviário] e que o ajudava dentro do aviário quando a demanda era maior: “aí, às vezes, o meu esposo, meu marido, também ajuda. [...] quando apura alguma coisa, como apurou agora², daí a gente rebola lá pra lá também [...]. Mas o manejo agora é tudo com eles”, contou, referindo-se aos filhos e ao funcionário.

O trabalhador contratado da família F tinha participação considerável dentro da produção avícola da família, tanto que o participante 10 afirmou que sua maior atividade era monitorar a produção, enquanto o trabalhador contratado executava. O participante 10 se dedicava também a outras produções da família. Já a participante 11, desde que iniciou na avicultura com o marido, realizava a parte de administração da produção: “É aquilo ali, eu faço mais a parte de cálculo, contas, tipo os orçamentos ali ele passa pra mim os orçamentos que ele fez e eu calculo, os boletos, pagamento de funcionário [...] E mesmo quando trabalhava fora, essa parte ainda era minha [...]”. No período de pesquisa, a participante 12 estava com um filho recém-nascido e havia deixado o emprego após a licença maternidade para cuidar do bebê e da casa.

A participante 2 foi a única que relatou participar mais integralmente da produção avícola, mesmo tendo outras atividades de responsabilidade fora da produção. Nas demais famílias, a participação das mulheres era delimitada por algum período e/ou alguma necessidade específica. Entretanto, todas da mesma forma que não estavam integralmente na produção, sabiam ou já haviam executado quase todas as atividades, exceto aquelas consideradas “pesadas” ou não “adequadas” a elas, como atividades consideradas mais técnicas, carregar lenha, abater as aves e/ou cuidar das aves no período da noite.

A classificação do trabalho como “leve” ou “pesado” se estrutura não sobre a condição de força de quem executa, mas conforme o sexo de quem executa (Paulilo, 2004). Dentro dessas condições, é importante pensar se um trabalho “leve” seria realizar a limpeza diária e constante – pois é um trabalho que nunca se finaliza – dos espaços integrados à produção e do próprio aviário, presumisse que não. As atividades foram indicadas como de total

2 Realizei primeiramente a do participante 8, depois, remarcamos a entrevista da participante 9, pois naquele momento estava ajudando na produção.



responsabilidade das participantes 2, 4, 6 e 9. Da participação dos homens, nessas atividades dentro do aviário, a participante 9 esclareceu que, quando havia demanda, seu esposo [participante 8] a “ajudava”, assim como o “ajudava” na produção, quando necessário.

[...] trabalho leve’ não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. [...] Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (Paulilo, 2016, p.7).

O gênero é fundamental para problematizar a divisão que ocorre nas relações de trabalho e a definição de Scott (1995) contribui para a análise dessas situações, quando trata do modo como constitui relações sociais a partir de diferenças percebidas entre os sexos, fundadas em relações de poder. É possível entender algumas condições que se impõem a mulheres e, principalmente, porque não conseguem acessar igualmente todos os espaços, existe sempre alguém acima delas – homem – na hierarquia familiar.

Em uma percepção de espaço, as paisagens se fundam subjacentes a preferências masculinas (Alves; Vidal; França, 2023). Homens e mulheres se posicionam de forma não igualitária, conseqüentemente, suas posições nos ambientes se tornam diferentes umas das outras, resultando em condição de opressão das mulheres nos mais diversos espaços e épocas de existência (Silva, 2003).

É importante considerar, a partir desses fatos, o trabalho da participante 11 na unidade familiar, que executa atividades financeiras e administrativas concernentes à produção. Essas atividades são bastante representativas e a posicionam como agente de controle do valor monetário advindo da produção, considerada socialmente de alta responsabilidade, realiza pagamento de boletos, compras e orçamentos. Essa atuação contribui para a quebra paradigmas e fortalece o fato de que mulheres vêm conquistando alguns espaços que culturalmente não foram atribuídos a elas. No entanto, é fundamental ressaltar e atentar para a desvalorização das atividades realizadas na esfera doméstica e de cuidado que são também de grande responsabilidade.

Para que mulheres, atualmente, ocupem espaços considerados masculinos, Ozileide Matos Moreira (2022, p.200) afirma que “[...] são necessárias estratégias de transformação, reação, participação, desconstrução e reconstrução de modelos, elementos simbólicos, comportamentos, práticas, normas, imagens, representações e valores”. A desconstrução de estereótipos e simbolismos é essencial para a quebra de paradigmas com relação “ao lugar” da mulher, em uma perspectiva de espaço (Moreira, 2022).

As atividades realizadas pelas mulheres – seja nos espaços produtivos ou no doméstico – não podem ser desvalorizadas e têm total importância para a

sobrevivência das famílias rurais, pois estão ligadas à geração de renda, assim como as atividades executadas pelos homens (Silva, 2019). A falta de reconhecimento minimiza e marginaliza o trabalho das mulheres rurais que, por muitas vezes, nem são consideradas agricultoras. Essa condição é consequência para a exclusão de direitos como o acesso à terra, benefício de herança e reprodução de desigualdades e de uma cultura machista (Herrera, 2019).

Sobre esses aspectos e considerando que o trabalho realizado por mulheres é valorado a partir de hierarquias patriarcais, pode-se afirmar que as participantes dessa pesquisa produzem fissuras em barreiras culturais quando realizam atividades, nos espaços produtivos, consideradas de “alta responsabilidade” e/ou “pesadas”, são responsáveis pelo controle monetário do aviário e da família, realizam cursos – mesmo que de forma individual – sobre a produção, desdobram-se entre atividades produtivas e atuam estrategicamente no trabalho privado e/ou em outras formas de atividades para a renda da família.

A associação de renda complementar é atribuída diante de uma perspectiva que considera o homem como o principal provedor, a sua renda é a que sustenta a família e o que vem “a mais”, conquistado mediante o trabalho da mulher, é considerado “não essencial”. Considera-se que a renda das participantes da pesquisa – e de muitas outras mulheres trabalhadoras – integra a renda da família e não a “complementa”, pois, como valor monetário pode ser, de igual modo, fundamental na manutenção da reprodução da vida e da unidade de produção familiar.

A pesquisa realizada por Eugenia Troncoso Leone (1999) sobre a renda do trabalho advinda das mulheres em regiões metropolitanas, nos anos 1980 e 1990, identificou que ajudou a retirar as famílias de situação de extrema pobreza e afastou mais ainda da pobreza aquelas que já não eram pobres. Essa condição reforça a perspectiva de que se a renda advinda do trabalho realizado por mulheres fosse um complemento, não refletiria na condição de pobreza das famílias pesquisadas por Leone.

Entretanto, apesar dos indícios aqui referidos e que evidenciam certo “avanço” com relação ao enfrentamento das desigualdades de gênero, ficam resquícios de normas historicamente construídas e que limitam ou impõem barreiras socioculturais a mulheres. A rotina, as relações e as condições de vida alocadas nessa pesquisa demonstram a naturalização de situações como: o não protagonismo em igualdade com o homem na tomada de decisão sobre a produção avícola; a afirmação da não realização das mulheres sobre algumas atividades, consideradas inadequadas para elas; a disposição das mulheres em se dedicar integralmente aos filhos e a casa; e a ocupação dos espaços determinada pelo sexo.

O reconhecimento e a valorização do trabalho dessas mulheres formam o caminho para a superação das desigualdades de gênero no meio rural, assim como contextualiza Menasche *et al.* (1996, p. 97): “Lutar pela valorização dessas mulheres é entender que a valorização da agricultura familiar passa pela afirmação do valor que têm para a sociedade as pessoas que fazem essa agricultura, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos”. Por isso a necessidade de compreender as relações mediadas por gênero e divisão sexual

Meline Vitali Duminelli, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Estevam Dimas de Oliveira



do trabalho não só sobre uma perspectiva produtiva, mas, de igual modo, reprodutiva, conforme demonstrado a seguir.

Cotidiano laboral e divisão sexual do trabalho reprodutivo

O trabalho reprodutivo é aquele realizado no âmbito doméstico, desenvolvido para a reprodução familiar. Esse espaço é naturalizado como feminino, justificado mediante fatores biológicos que alocam as mulheres como responsáveis pelo trabalho de cuidados – doméstico e de pessoas. Essa disposição de responsabilidade da mulher com a casa e com os filhos e a interferência do homem como ajuda é realidade de famílias produtoras avícolas dessa pesquisa. As participantes eram responsáveis por atividades domésticas e de cuidado dos/as filhos/as. As atividades de limpeza também se estendiam ao espaço produtivo, no aviário, e às partes que compunham o sistema da produção, como cozinha, sala de recepção, banheiro e pátio.

O estudo de Santos, Bohn e Almeida (2020) sobre o trabalho da mulher na agricultura familiar do município de Concórdia, em Santa Catarina, reforça as evidências até aqui levantadas. As mulheres possuíam uma dupla jornada, mas não eram reconhecidas como trabalhadoras na esfera considerada produtiva, sendo ajudantes. Os homens contribuía nas atividades da esfera reprodutiva, entretanto, isso não diminuía o trabalho das mulheres, alertando uma injustiça na divisão das atividades na agricultura familiar entre homens e mulheres.

No entanto, ao assumirem a responsabilidade dos trabalhos domésticos e de cuidados, as mulheres não se isentavam das atividades do produtivo, circulam pelos dois espaços. Conforme Herrera (2019), a unidade familiar, comumente, tem toda a força de trabalho da família dedicada à execução das tarefas produtivas e não há um deslocamento – territorial – das propriedades para o trabalho, tudo está muito perto da casa. Em alguns casos, dependendo da natureza da atividade, o produtivo é realizado dentro do espaço doméstico (Herrera, 2019).

A dificuldade em separar os dois modos de reprodução familiar – produtivo e reprodutivo – é uma das questões das análises de divisão sexual do trabalho no âmbito rural, posto pela grande proximidade entre as duas demandas, isto é, na mesma terra que se planta para o consumo, planta-se para venda. Como demonstrado em outra parte do texto: “Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, nada fácil de visualizar, quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato. Quando a mulher faz o queijo, por exemplo, pode fazê-lo para comer ou vender” (Paulilo, 2004, p. 207).

Na pesquisa realizada, apenas a família B não residia no mesmo espaço em que estava localizado o aviário e, mesmo assim, as atividades produtivas e reprodutivas se intercalavam. A participante, mesmo residindo em outra localidade, realizava atividades de organização no aviário junto com o esposo. Do mesmo modo, em maior intensidade, em decorrência da proximidade entre a casa e o aviário, os/as participantes de cinco famílias possuíam uma relação estreita em tempo integral, haja vista que ninguém saía da propriedade para exercer atividades no contexto urbano e/ou não relacionadas à agricultura.

Pode-se argumentar que a dinâmica cotidiana de trabalho acabava por

invisibilizar a divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo que as participantes são responsabilizadas por “funções” na esfera reprodutiva, estavam presentes nos espaços considerados produtivos da unidade familiar, mesmo que não integralmente. No entanto, ocorre que as situações eram conduzidas pelas participantes sem um estranhamento, como, por exemplo, em relação ao fato de que os homens se apresentaram como coadjuvantes no trabalho doméstico e de cuidados: “As mulheres fluem de uma esfera a outra, tanto que denominam as atividades em trabalho de dentro e trabalho de fora da casa, separando espacialmente suas ações, uma vez que elas atuam conforme as necessidades que surgem no dia, independente da natureza do trabalho” (Herrera, 2019, p. 12). Em suma, as atividades domésticas, de cuidados e agrícola eram realizadas de forma conjugada. A diversidade nos modelos de trabalho, conforme Carneiro (2008), formam um mosaico, complexo de difícil identificação sobre onde termina ou começa cada atividade.

A estrutura do trabalho de cuidado e o direcionamento dessas atividades para as mulheres é regido pelo gênero, seja nas configurações do mercado ou na vida privada, reforçando as configurações tradicionais (Tronto, 1997). Este é firmado por relações constantes entre pessoas, com o principal objetivo de zelar da vida e o bem-estar do/a outro/a (Kergoat, 2016). Os vínculos de interdependência formam as relações de cuidado para suprir a necessidade do/a outro/a, fazendo o cuidado parte da vida – pessoal, social, moral ou política – de qualquer ser humano (Herrera, 2019).

Nas concepções de moralidade de Tronto (1997), o cuidado se subdivide em três questões: capacidade de atenção; autonomia e autoridade; e particularismo. Na capacidade de atenção, o primeiro ponto é obter conhecimento para entender como o indivíduo cuidado gostaria de ser tratado para satisfazer as suas necessidades. As vontades e necessidades do/a cuidador/a não podem se sobrepor às vontades e necessidades da pessoa cuidada. Além disso, ser atendo é perceber e vigiar de forma constante o/a outro/a, podendo ocasionar a eliminação de uma preocupação consigo mesmo/a, devido ao excesso de preocupação com o/a outro/a. O grau de relação desenvolve o reconhecimento da pessoa cuidada para com o/a cuidador/a (Tronto, 1997).

Na perspectiva de capacidade de atenção, faz-se necessário mencionar as questões de mercado. Na intenção de atender outras pessoas, o/a cuidador/a renuncia as suas próprias necessidades e as condições de troca no mercado implicam em colocar os próprios interesses em primeiro plano (Tronto, 1997). Neste sentido, ou você cuida, ou você “produz” para o mercado: “Se as pessoas têm de estar predominantemente ou cuidando ou voltadas para a troca mercantil, o caminho mais simples para organizar instituições sociais seria criar esferas separadas para cada modo de vida” (Tronto, 1997, p.194). Cada um/a ocuparia seu lugar e, neste caso, as mulheres ficariam na esfera doméstica de cuidado e os homens do mercado.

No sentido de autoridade e autonomia, Tronto (1997) traz para a reflexão o fato de que nem todas as pessoas que são cuidadas são racionais e autônomas, entretanto, a pessoa que cuida possui racionalidade e autonomia, constituindo-se uma relação desigual, podendo haver autoridade e dependência. A autonomia passa a ser um problema que as pessoas devem saber lidar, nas

relações com iguais e/ou com dependentes (Tronto, 1997).

Já o particularismo reflete sobre os julgamentos morais universais sobre o cuidado. Ao se criar regras sobre como os cuidados deveriam ser realizados, aplica-se uma moral universal, mesmo sabendo que o cuidado se estrutura em particularidades. A moralidade também influencia na relação com o/a outro/a, porque a relação de cuidados pode interferir na forma como o/a indivíduo é tratado, dando atenção aos mais próximos e ignorando outros que poderiam ser mais merecedores (Tronto, 1997).

O cuidado é construído com base em um compromisso contínuo. O “cuidar de” si mesmo, de um grupo de pessoas ou uma única pessoa se origina na condição que seres humanos possuem necessidades físicas e psíquicas – precisando se alimentar, manter a higiene pessoal, entre outras (Tronto, 1997). A intensidade e a necessidade do cuidado se alteram conforme as fases da vida de um indivíduo, sendo a infância e a velhice as mais vulneráveis (Silva; Parrião, 2020). As relações afetivas e interpessoais também fazem parte da demanda de cuidados (Silva; Parrião, 2020). Compreendendo parte dessas relações de afeto, os cuidados exercidos por mulheres para com homens já adultos, principalmente companheiros, devem ser problematizados.

É com base nos estudos do uso do tempo que Daniel Peixoto Ramos (2009) afirma que as mulheres exercem mais atividades no âmbito doméstico quando vivem com seus companheiros, do que quando vivem sozinhas, mesmo sem filhos. Esse fato contribui para confirmar situações em que os homens não aumentam sua carga de trabalho no espaço doméstico, mesmo quando as mulheres exercem trabalho remunerado.

O cuidado, em casos de pessoas saudáveis – sem dependência física ou psíquica – está ligado à manutenção básica da vida, poderia ser realizado de forma compartilhada pelo casal, mas comumente fica a cargo das mulheres. Como afirmam Renk, Buziquia e Bordini (2020), as mulheres são as principais responsáveis por vestir, medicar, higienizar, dedicar afeto, garantindo saúde e bem-estar.

O cuidar de alguém e/ou cuidar de si possui caráter normativo feminino. Para Vargas, Ferreira e Silva (2020), os homens tendem a negar a sua responsabilidade ou atuação em atividades que “remetem” ao feminino, considerando que não são de seu pertencimento, delegando a mulheres. Essa condicionante se forma mediante a construção social da masculinidade. O indivíduo nasce, é identificado como menino e a partir deste momento é inserido em um contexto social que irá dizer como irá se comportar no decorrer de sua vida (Rangel; Moraes; Castro, 2017).

A educação e as relações tidas no decorrer da vida formam o modo como cada indivíduo se reproduz. Conforme Hardy e Jiménez (2001), quando crianças, meninos e meninas são incentivados de formas diferentes. Enquanto os meninos jogam bola, brincam com carros e ficam na rua, as meninas normalmente não podem brincar fora de casa e tendem a imitar os afazeres domésticos da mãe, cuidando de bonecas e brincando de “casinha”. Na infância, constrói-se uma relação de poder e dependência por meio do ensinamento da posição social que ocupam:

O trabalho não remunerado e sua associação com papéis de mãe e

Meline Vitali Duminelli, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Estevam Dimas de Oliveira

esposa é um grande estruturador da própria identidade feminina, especialmente para mulheres de gerações mais antigas, que tiveram uma socialização tradicional e não chegaram a assumir outros papéis sociais mais modernos (Ramos, 2009, p.864).

A naturalização do ambiente doméstico como de mulheres implica na reafirmação de posições sociais por elas assumidas, principalmente, quando se responsabilizam pelo cuidado dos filhos, maridos, pais e outras pessoas da família. Nessa situação, mediante uma responsabilidade tão forte e exaustiva, as mulheres se sentem cansadas, na obrigação de assumir o cuidado, abandonadas, sozinhas, impotentes e também reiteram e justificam todos os atos sobre um amor aos filhos/as e/ou maridos (Renk; Buziquia; Bordini, 2020).

De acordo com as entrevistas realizadas, os/as participantes não relataram a responsabilidade pelo cuidado de pessoas idosas e/ou pessoas que não viviam na unidade familiar. Como todas as participantes tinham filhos/as, eram responsáveis pelos cuidados. Os bebês, no caso da família B e F, possuíam uma dependência integral de cuidados; os filhos/as das famílias A, C e D já eram crianças maiores e/ou adolescentes e já circulavam com mais autonomia; na família E todos eram adultos e já casados. Em contextos urbanos, de acordo com a pesquisa de Bruschini (2006), as mulheres dedicavam mais tempo que os homens para trabalhos de reprodução social. As cônjuges com filhos despendiam um total mais elevado de horas aos afazeres domésticos e esse tempo se intensificava quando os/as filhos/as eram pequenos/as.

As participantes 4 e 11 haviam se desligado de seus trabalhos fora da unidade familiar após a licença maternidade para se dedicar integralmente ao cuidado dos filhos que, na época da pesquisa, ainda eram bebês: “[...] tive que escolher, ou botar ele na creche com 4 meses, ou voltar a trabalhar [...]” (participante 11). O retorno para o trabalho fora da unidade familiar estava nos planos das participantes, porém nenhuma delas sabia quando isso ia acontecer e adiaram seus planos individuais para se dedicar ao cuidado dos/as filhos/as.

Nas famílias que tinham crianças maiores e/ou adolescentes, as atividades de cuidado recaíam sobre as mães. No caso dos/as filhos/as adolescentes, os/as participantes relataram a participação deles como “ajuda” em algumas atividades diárias. Para os filhos adultos que não residiam mais na unidade familiar, mas trabalhavam, a mãe era responsável pela preparação do alimento no horário das refeições.

A questão geracional estava totalmente associada às de gênero, assim como verificado no estudo de Parry Scott (2010). São constituídas de forma hierárquica, principalmente por meio das relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes: “Seja qual for o seu local de residência ou de trabalho, cada pessoa vive um mundo permeado por culturas edificadas por simbolizações que atribuem, diferencial e dinamicamente, a homens e mulheres, e a crianças, jovens, adultos e idosos, certas características” (Scott, 2010, p.15).

Nas configurações de uma sociedade, o trabalho de cuidado pode ser atendido pelo: 1) governo, por meio de creches, escolas, asilos, casas de apoio a pessoas com deficiência, entre outros; através de 2) projetos sociais, que por

meio de doações auxiliam e intervêm no cuidado de pessoas; assim como contextualiza Tronto (1997), pelo 3) mercado, quando pessoas são contratadas ou pagam instituições particulares para realizar as atividades de cuidados; e pela 4) família, que é o centro do cuidado, sendo as outras instituições – governo; projetos sociais e mercados – acionadas apenas como um apoio ou um substituto para quando não há disponibilidade de alguém da família (Tronto, 1997).

Estruturar o cuidado dentro de uma perspectiva de gênero permite vincular não apenas o papel da família, mas incluir o Estado e o mercado na dinâmica de outras instituições da sociedade civil e contribui para a conscientização da divisão igualitária de tarefas entre os membros da família, visto que as mulheres são afetadas quanto às problemáticas relacionadas ao cuidado (Krmptotic; Ieso, 2010). Hirata (2010, p. 44) problematiza a não divisão igualitária com referência a atividades de cuidados: “O amor, o afeto e as emoções não parecem ser do domínio exclusivo das famílias, assim como o cuidado, o fazer e a técnica não parecem ser do domínio exclusivo das ‘cuidadoras’, das ‘acompanhantes’, das ‘auxiliares’ remuneradas”.

O lugar que as mulheres assumem como cuidadoras é uma condição cultural justificada pelo sexo biológico. Ou seja, as mulheres gestam as crianças, logo, possuem mais “destreza” com as atividades de cuidado, tomando como uma obrigação assumir a posição de mãe cuidadora – ou cuidadora de outras pessoas. Para mulheres que subvertem a ordem, o julgamento é a resposta da sociedade.

O julgamento recai sobre a forma como indivíduo conduz seus cuidados com seus/suas filhos/as e/ou outras pessoas, gerando uma preocupação enraizada sobre padrões de cuidados em contextos sociais, culturais e de classe (Tronto, 1997). Neste caso, para além de serem condicionadas como principais participantes de atividades que regem e guardam a reprodução da vida, mulheres são, constantemente, reguladas na forma como realizam o cuidado de outros/as e se comportam diante de tal “obrigatoriedade” do trabalho de cuidado: “já que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não” (Kergoat, 2016, p.19).

Quando se estabelece a uma mulher a possibilidade decidir sobre aquilo que ela quer fazer ou não, sua escolha tem base dentre muitas opções e não apenas se constitui diante do que a sociedade direciona como do feminino – doméstico e de cuidados –, abrindo portas para que circule com igualdade em todos os espaços. Nas configurações das famílias, conforme os/as participantes, trabalhos domésticos e de cuidados não foram atribuídos aos homens e nem retirado das mulheres quando assumiam atividades na esfera produtiva e/ou trabalham no espaço doméstico, quando saem para trabalhar “fora”. Evidencia-se que as posições de trabalho já eram bem naturalizadas e definidas conforme o sexo de cada indivíduo e não por vontade construída dentro da uma liberdade de cada um/uma³.

A questão não é sobre considerar que se trata de uma “estrutura certa ou

3 As condições que colocam mulheres e homens em lugares específicos são construídas conforme suas histórias e trajetórias de vida, relações familiares, local onde residiram ou residem, a cultura e a forma que a sociedade se reproduz em cada época, entre outras.

errada”, mas sim demonstrar que tais associações reproduzem padrões de gênero que acabam por direcionar o trabalho de cuidados para as mulheres, quando deveria ser realizado por todos/as, compartilhado de forma igualitária entre as pessoas de uma família e/ou assumidos por órgãos governamentais. O ato do cuidado deve ser valorizado, pois é responsável pela reprodução e manutenção da vida de pessoas, tendo papel fundamental sobre a esfera privada.

Para além, deve-se considerar que, na atual conjuntura social, quando o trabalho de cuidados é repassado para outras pessoas ou instituições, privadas ou governamentais, em sua grande maioria, são realizados por outras mulheres. De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), em dezembro de 2021, no Brasil, estavam ativas no setor de serviços 27.195.647 milhões de pessoas, 12.858.027 (47,28%) eram homens e 14.337.620 (52,72%), mulheres (Brasil, 2021).

Quando subdividido por setores de serviços, as mulheres só não são maioria nos trabalhos de Administração técnica profissional e Transporte e comunicação, representando respectivamente 41,36% e 19,61%. Nos setores de Instituição financeira; Alojamento e comunicação; Administração pública; e Saúde e ensino, as mulheres tinham participação maior que 50%. Destacando os setores de Saúde e Educação, que representavam 76,73% e 59,64% (Brasil, 2021). A feminilização dos serviços de cuidado se estende ao mercado de trabalho. Em tal condição, o trabalho de cuidados, mesmo que remunerado, fica à margem da sociedade e carrega, da mesma forma que o trabalho de cuidados não remunerado, o peso da desvalorização, ocupado majoritariamente pela força de trabalho feminina.

O trabalho de cuidados, executado por mulheres, tem participação na manutenção da vida das pessoas, na formação educacional, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, social e do mercado. Em uma lógica capitalista em que as pessoas precisam ser saudáveis para vender sua força de trabalho, as mulheres deveriam ter total reconhecimento pelos seus esforços nessas atividades de cuidados, pois esse tipo de trabalho é indispensável para a reprodução da sociedade.

O direcionamento de atividades de cuidado para as mulheres das famílias minimiza a demanda do governo de investimento em escolas, asilos, casas de apoio, entre outros ambientes que envolvem os serviços de cuidados. O ato de cuidar, conforme Montenegro (2019), é sobrecarregado pela desigualdade de gênero que intervém diretamente no modo de viver de mulheres, sem preocupação sobre seus projetos individuais de vida. São situações afetadas não só por gênero, mas por diversos marcadores sociais como classe, raça, geração. Por isso, Bandeira e Preturlan (2013) trazem a importância de políticas públicas que possam interferir e ressignificar configurações da divisão sexual do trabalho.

A terceirização dos serviços de cuidado entra fortemente nas questões de classe, dado que terceirizar atividades de cuidado para outras pessoas e/ou instituições particulares – geralmente assumidas por mulheres – depende de condições financeiras da família. Herrera (2019) observa que o trabalho de cuidados e doméstico é essencial para manutenção da vida, para a reprodução biológica e social, para o bem-estar das pessoas. Como demonstra Santos

(2018), o que acontece é que a mercantilização das atividades de cuidados e domésticos possui estrutura inalterada, mesmo quando o trabalho é assumido de forma remunerada.

Fatos estes que deixam claro que a remuneração, por ela só, não é suficiente para que mulheres sejam reconhecidas e valorizadas nas atividades que realizam. O direcionamento de mulheres no mercado de trabalho para profissões de cuidados e atividades domésticas reforça a divisão sexual do trabalho e reitera a desvalorização simplesmente pela condição de quem executa as atividades. Conforme Santos (2018, p. 30), a quebra de barreiras com relação à divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho, “só será possível quando o tema for retirado das sombras e deixar de ser considerado como algo natural à mulher e compreendido como uma questão importante para toda a sociedade”.

Na ideia de uma igualdade de gênero, homens e mulheres deveriam transitar por todos os espaços sem serem limitados à condição de “ajudante”. Principalmente porque, apesar do significado da palavra ser um só, a “ajuda” da mulher em atividades consideradas produtivas desvaloriza sua força de trabalho e remete tal atividade ao masculino; e a “ajuda” do homem em atividades reprodutivas minimiza o trabalho realizado pela mulher, assim como reforça o pertencimento daquela atividade associada ao feminino. Conforme Paulilo (2004, p. 248), “Apesar de a construção da igualdade passar pela ideia de que ‘todos devem fazer de tudo’, as mulheres são muito cobradas se não conseguem ‘se impor’, se não ‘se desafiam’, enquanto o fato de os homens não dividirem o trabalho doméstico é um pecado menor, tão leve que risível”.

O sentimento é de que as situações de desigualdade se repetem, mantendo uma não importância sobre o trabalho realizado por mulheres e uma dificuldade de avançar em questões como: valorização do trabalho feminino; divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres; atividades direcionadas conforme o sexo do indivíduo; falta de reconhecimento das atividades realizadas pela mulher na esfera reprodutiva; e sobrecarga de trabalho.

A luta por igualdade de gênero e melhores condições de trabalho para as mulheres deve se manter: no estranhamento das formas como se corroboram as relações em sociedade; na forma de educar as crianças; na discussão sobre temas de gênero e divisão sexual do trabalho; no incentivo a instituições de controle, como governo, escolas e igrejas sobre pautas de igualdade de gênero; e na formulação de políticas públicas. São algumas alternativas para a construção de um ambiente igualitário e de possibilidade para todos/as, em cada sociedade, mercado de trabalho e unidades familiares.

Conclusão

O trabalho da família na produção avícola não se limita aos cuidados com as aves. Os/as produtores/as são responsáveis pela administração em geral, acompanhamento e controle de toda produção. Muitas atividades demandam posicionamento e poder de decisão. Profissionais da indústria visitam semanalmente as produções e vistoriam todo o processo, configurando uma forma de controle da indústria na unidade de produção. No atendimento aos/às técnicos/as e/ou veterinários/as, as mulheres eram coadjuvantes, tendo em vista

que só ocorriam quando maridos, filhos, trabalhadores contratados não estão presentes na unidade.

Nas tomadas de decisão sobre e na produção, os homens apareceram como responsáveis; no entanto, as mulheres também eram atuantes, mesmo quando solicitadas para uma “opinião”. Apesar do não compartilhamento em igualdade das decisões no âmbito da unidade familiar, deve-se considerar que o formato assume características diferentes das quais as mulheres são totalmente excluídas do processo.

Com referência aos cursos sobre a produção avícola, disponibilizados pela indústria, apenas os homens tinham realizado. O acompanhamento de curso ou o contato teórico com a produção avícola pelas participantes se deu em decorrência da formação em técnico agrícola ou de forma independente, no caso de duas. Na tomada de decisão, no atendimento aos técnicos e até mesmo sobre a realização dos cursos por intermédio da indústria, as mulheres não apareceram como agentes principais. De fato, deve-se considerar que mudanças estruturais interferiram em relações hierárquicas de poder em relações familiares e trabalho, porém não eliminaram os lugares das mulheres como coadjuvantes nos processos de trabalho da avicultura.

A hegemonia masculina se estende a outras atividades da produção, quando ocorre a divisão de responsabilidade entre os homens e as mulheres, elas apareceram como “ajudantes” do trabalho produtivo, ainda que realizassem grande parte das atividades. Algumas atividades não eram direcionadas a mulheres por serem “pesadas” ou “inapropriadas”, mas, mesmo assim, de forma esporádica, já haviam realizado. Como responsabilidade das mulheres, destacava-se a limpeza dos aviários e das áreas comuns. Uma das participantes realizava as atividades administrativas e financeiras de todo o aviário.

A proximidade entre atividades consideradas produtivas e reprodutivas, respectivamente, realizadas no espaço doméstico e no espaço da produção, limitava uma separação. Como atuantes nos dois espaços, as mulheres tendem a estar no meio dessa dinâmica, desdobrando-se para dar conta de todas as demandas. A casa das famílias, exceto de uma delas, estava localizada no mesmo terreno do aviário, fortalecendo mais essa relação.

Foram identificadas situações singulares em relação às unidades familiares no âmbito da participação na produção, embora a divisão sexual do trabalho estivesse presente, direcionando atividades conforme o sexo de cada participante. Essa condição se estendia ao espaço doméstico, onde as mulheres eram as responsáveis pelo cuidado dos/as filhos/as e das atividades domésticas, recebendo a ajuda dos homens – esposos. Os/as participantes não relataram responsabilidade de cuidado com pessoas fora ou na unidade familiar, como idosos e/ou outros parentes. As atividades de cuidados eram todas direcionadas ao casal e aos/as filhos/as. Os filhos/as bebês demandavam muitos cuidados pessoais e duas das participantes se desligaram de seus trabalhos fixos para se dedicar integralmente a eles/as. No período da pesquisa, o tempo de licença maternidade de ambas já tinha acabado.

Em uma das famílias, os filhos/as já eram adultos e trabalhavam na produção, nas outras, eram todos/as crianças e/ou adolescentes. Sabe-se que quanto mais independência o indivíduo tem, menos demanda cuidado de um outro/a pessoa. Ainda assim, atividades de cuidados eram realizadas pelas

mulheres, como no caso de uma da participante que já tinha seus filhos adultos e era responsável pela preparação das refeições.

Tais atribuições deixam claro que as mulheres transitam entre dois espaços, executando atividades produtivas e reprodutivas, no contexto da agricultura familiar. Este fato só confirma a sobrecarga assumida por mulheres quando se dispõem a dar “conta de tudo”. O tempo dedicado ao trabalho tem total influência sobre as questões de gênero, principalmente, pela divisão desigual com relações às atividades domésticas, realizadas por mulheres, as quais poderiam ser divididas de forma igualitária entre elas e os homens.

Em função das demandas de trabalho e as configurações da avicultura, muitas vezes, os/as participantes relataram que o tempo para o lazer era limitado. Em alguns dos casos, pontuaram as atividades de lazer com outras atividades de trabalho. Nenhum/a dos/as participantes tinha o hábito de viajar, recebiam visitas de amigos e parentes e as “saídas” de casa só aconteciam, na maioria das vezes, se algum/a pessoa da família ficasse na unidade familiar.

A pesquisa demonstrou mudanças produzidas nas relações de trabalho analisadas, sobretudo pela intensidade tecnológica e por especificidades produtivas demandas pela indústria. Entretanto, persistem desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho, em conformidade com atividades valoradas de acordo com quem as realiza, mulheres ou homens.

Referências

ALVES, Flamarion D; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen de L. Formas de (re) produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. **Geo UERJ**, ano 10, v.2, n.18, p. 120-140, 2008.

BANDEIRA, Lurdes Maria. PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. *In*: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. **Uso do tempo e Gênero**, 2016..

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. **Relação Anual de Relações Sociais - RAIS**. Brasília: Serviços IBGE Subsetores, 2021.

BRUMER, Anita. “Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr.2004.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

CARNEIRO, Maria Jose. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v.2, n.1. 2008.

CHAYANOV, Alexander V. On The Theory Of Non-Capitalist Economic

Systems. In: THORNER, Daniel; KERBAL, Basile; SMITH, R. E. F. **The Theory of Peasant Economy**. 1966.

FORQUILHINHA. Prefeitura, 2020. Disponível em: <https://www.forquilha.sc.gov.br/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995. Acesso em: 05 nov. 2020.

HARDY, Ellen ; JIMÉNEZ, Ana Luisa Jiménez. Masculinidad y Género. **Rev Cubana Salud Pública**, Ciudad de La Habana, v.27, n.2, jul.-dic. 2001.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**: Estabelecimentos e Produtores. Brasil: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html . Acesso em: 22 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 200**: População residente, por sexo, situação e grupos de idade – Amostra- Características da população. Nova Veneza. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado> . Acesso em: 27 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Forquilha. Brasil: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/forquilha/panorama>. Acesso: 10 jun. 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp; 2009.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice R. de P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.).

Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectiva interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

KRMPOTIC, Claudia Sandra; IESO, Lua Carla de. Los cuidados familiares. Aspectos de la reproducción social a la luz de la desigualdad de género. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 95-101 jan./jun. 2010.

LEONE, Eugenia Troncoso. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. **Texto para Discussão.** IE/UNICAMP, Campinas, n. 81, jul. 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1711/texto81.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MENASCHE, Renata *et al.* **Gênero e agricultura familiar:** cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: DESER/CEMTR, 1996.

MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. Mulheres e Cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento. *In:* Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16. 2019, Vitória **Anais [...]** Vitória: ENPSS, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MOREIRA, Ozileide Matos. O gênero para a geografia: por uma ciência feita com, por e para mulheres. **Revista Da Anpege**, v. 18. n. 36, 2022.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; JESUS, Edivane de. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: “uma prisão de portas abertas”. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 123-138, 2013.

PAULINO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais:** quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, 1, p.229-252, 2004.

RAMOS, Daniel Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, 2009.

RANGEL, Etuany Martins; MORAES, Luciana Pereira de; CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro de. “Porque eu sou é home!?”: uma análise dos impactos da construção social da masculinidade no cuidado com a saúde. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v.6, n.2, p. 243-252, 2017.

REIS, Maria Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.

RENK, Valquiria Elita; BUZQUIA, Sabrina Pontes; BORDINI, Ana Silvia Juliatto. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cad Saúde Colet**, 30, 3, p.416-423, 2022.

SANTOS, Jordan Brasil dos; BOHN, Liana; ALMEIDA, Helberte João França. O papel da mulher na agricultura familiar de concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-27, jan./jul., 2020.

SANTOS, Nicoly Maia Pinheiro dos. **A feminização do emprego doméstico no Brasil: invisibilidades e Vulnerabilidades**. (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná, 2018.

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. *In: Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Alessandra Maria da. **O Pronaf como meio de empoderamento da mulher rural – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, 2019.

SILVA, Lorena Alves; PARRIÃO, Karoline Rodrigues. Gênero e divisão sexual do trabalho: o cuidado e a responsabilidade dos filhos pela mulher, como expressão da desigualdade de gênero. *In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 6, 2020, Londrina **Anais [...]** Londrina: SGPP, 2020. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1155/1098>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero nado uso do de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? *In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempos, 1997.

VARGAS, Eliane Portes; FERREIRA, Francisco Romão; SILVA, Juan da Cunha. **As masculinidades e o cuidado**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2020.

VIDAL, Victória Caroline; ALVES, Rahyan de Carvalho; FRANÇA, Iara Soares de. Da luta feminista aos estudos de gênero: breve reflexão sobre a

Meline Vitali Duminelli, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Estevam Dimas de Oliveira

Trabalho produtivo e reprodutivo em produções avícolas no município de Forquilha-SC: uma análise de gênero e divisão sexual do trabalho

importância dessa categoria no ensino de Geografia e no combate à violência contra mulher. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61. 2003.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Meline Vitali Duminelli: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação, revisão e edição)..

Giovana Ilka Jacinto Salvaro: Conceituação, Supervisão, Revisão, Escrita (revisão e edição).

Estevam Dimas de Oliveira: Conceituação, Supervisão, Revisão, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 18 de julho de 2023.

Aceito em 16 de outubro de 2023.

Meline Vitali Duminelli, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Estevam Dimas de Oliveira

